

VIOLÊNCIA ESTATAL E SUBJETIVIDADE: A usina hidrelétrica de Estreito, em Babaçulândia/TO

STATE VIOLENCE AND SUBJECTIVITY: The Estreito hydroelectric power plant, in Babaçulândia/TO

Thelma Pontes Borges¹
Michel Barbosa da Silva²
Cimara Leite de Sousa³
Miguel Pacifico Filho⁴

¹ Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: thelma.borges@ufnt.edu.br

² Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: michel.barbosa@mail.ufnt.edu.br

³ Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: cimaraleite10@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: miguel.filho@ufnt.edu.br

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a violência de Estado e os modos subjetivos de ser e fazer entre os moradores de Babaçulândia, Tocantins, Brasil, que vivenciam violências relacionadas à construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito. Foram realizadas sete entrevistas, analisadas por meio da análise de conteúdo com o uso do *software* WebQDA. Os resultados apontaram as seguintes categorias: Mecanismo de Violência de Estado e Extraordinário no cotidiano. A primeira descreve ferramentas utilizadas para mitigar a responsabilidade da empresa pelos impactos produzidos. A segunda revela como eventos extraordinários alteram subjetividades. Conclui-se que as violências produzem efeitos em uma comunidade que se percebe como abandonada em relação aos suportes sociais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Desapropriação. Empreendimentos.

ABSTRACT: This article aims to analyze state violence and subjective modes of being and doing among residents of Babaçulândia, Tocantins, Brazil, who experience violence related to the construction of the Estreito hydroelectric plant dam. Seven interviews were conducted and analyzed by content analysis using WebQDA software. The results yielded the following categories: State Violence Mechanism and Extraordinary in daily life. The first describes tools used to mitigate the company's responsibility for the impacts produced. The second reveals how extraordinary events alter subjectivities. It is concluded that the violences produce effects in a community that perceives itself as abandoned in relation to social supports.

Keywords: Neoliberalism. Dispossession. Enterprises.

Sumário: Introdução – 1 Violência de estado e subjetividade – 2 Metodologia – 3 Resultados e discussão – Considerações – Referências.

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva verificar se as violências estatais, no contexto do neoliberalismo, provocam alterações na forma de ser e fazer subjetivos dos seres humanos reveladas nos comportamentos e táticas cotidianas sobre a vida. A pesquisa permitiu verificar conhecimentos específicos sobre como essa violência produz delimitações subjetivas em quem as vivências, especificamente nas ações gerada pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito, no município de Babaçulândia/TO. Como problema de pesquisa, tem-se: como a violência estatal é sentida pelos sujeitos que a vivenciam e como a interfere na sua subjetividade?

A UHE de Estreito está localizada entre os estados do Maranhão e Tocantins e é resultado do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/2009), sua história desde a origem não é diferente das demais hidrelétricas brasileiras, sendo marcada por conflitos que ocorrem desde o licenciamento ambiental, até os impactos sociais produzidos, como por exemplo, as inúmeras desapropriações e reassentamentos. Neste sentido, o empreendimento “Deixou muitos passivos sociais, ambientais, culturais, familiares e econômicos, interferindo na vida das comunidades tradicionais, entre elas: povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores [...]” (Rocha, 2016, p. 45).

A construção do empreendimento afetou dez cidades no Tocantins (Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Itapiratins, Palmeira, Palmeirante, Tupiratins e Wanderlândia) e duas no Maranhão (Carolina e Estreito). Embora a usina tenha entrado em funcionamento em 2016, as desapropriações iniciaram em 2009, sendo responsável pelo processo, o consórcio formado pela Alcoa Vale, Camargo Correia, Tractebel e Suez.

Babaçulândia foi uma das cidades mais atingidas pela UHE, incluindo a Ilha de São José, onde residiam 142 famílias que desempenhavam atividades como: pescaria, vazanteiros, artesãos e extrativistas. Entretanto, em função da desterritorialização ocorreu a vulnerabilidade, incluindo inconformismo, dificuldades de adaptação à nova vida, tristeza e depressão (Zagallo; Ertzogue, 2018). É por este universo de famílias, realocadas após submersão de suas casas e terras, que esta pesquisa se interessa.

A UHE se estabeleceu no *roll* do chamado hidronegócio, ao atender a demanda do capitalismo com oferta de energia elétrica, levando grandes lucros às empresas envolvidas e deixando fortes passivos na comunidade local (Oliveira, 2019). Atualmente, o Brasil trabalha pela monocultura das águas, em função de ter as hidrelétricas como a primeira alternativa de geração de energia “deslocando mais de 1 milhão de pessoas nas suas 2 mil barragens construídas” (Sieben; Cleps Junior, 2012, p. 189).

É na esteira de analisar os passivos às subjetividades dos atingidos pela barragem da UHE de Estreito, em Babaçulândia/TO que este artigo se propõe a analisar. Para tanto o texto se apresenta em três partes, além da introdução e das considerações. Na primeira, expõe-se a discussão teórica que serviu de base para

a análise das entrevistas e versa sobre violência de estado e efeitos subjetivos; na segunda, apresenta-se a metodologia utilizada na pesquisa e; na terceira os resultados da pesquisa.

1 VIOLÊNCIA DE ESTADO E SUBJETIVIDADE

O Estado em sua funcionalidade tem sido desde sua formação objeto de discussão e teoria, as circunstâncias sob as quais ele é mencionado de forma constante em temas da Sociologia, Ciências Sociais, Política e Economia evidenciam comumente duas abordagens opostas, com alguma ou outra acepção intermediária entre ambas.

A primeira está baseada em entender quais seriam as formas de aprimorar sua estrutura e capacidades, entre a diversidade de propostas de concretizar se tal aprimoramento existe, por exemplo, aquela defendida pela perspectiva neoliberal, que se concretizar a partir da cisão em relação a determinadas imposições estatais que são responsáveis por contingenciar a produção, crescimento e prosperidade do sistema econômico vigente, tal como é a condição do capitalismo em sua reestruturação mais recente, um exemplo de acepção intermediária entre a adesão plena do Estado como sistema organizacional.

Enquanto, o oposto a primeira, a abordagem seria o que Hobbes (2020) definiu como um mal necessário, reconhecendo uma estrutura que tem historicamente carecido de manutenção ou restauração que fosse mais efetiva, mas que não obstante, ainda, significa insistir em não abdicar de sua necessidade.

Sob a inclinação de identificar intervenções negativas do Estado, surgem cada vez mais contribuições teóricas indicando um ponto em comum, no qual convergem tais constatações acerca das ações que a existência do referido mal engendra, uma face específica de violência ocorrendo de maneira subjacente, adquirindo *status* de 'legalidade' ou 'necessidade' por meio da infusão de discursos prejudiciais à uma população, como o caso do discurso neoliberal.

Desta forma, compreende-se que eventuais interferências estatais podem ocasionar determinadas consequências que viabilize o questionamento popular acerca da valia de sua funcionalidade a partir das contradições reveladas. O que conduz ao conceito de violência de Estado, em específico, o caso da implantação da UHE de Estreito, evento que afetou diretamente dez cidades, dentro dos limites

territoriais do estado do Tocantins, tendo aqui como enfoque a cidade de Babaçulândia, na qual foram desterritorializadas centenas de famílias, provocando desequilíbrio imediato nas fontes de geração de renda e nos modos de viver da população local.

Neste sentido, pode-se amparar nos efeitos de violência estatal infligidos pela Partição, que foi o resultado da divisão da Índia e do Paquistão após o domínio britânico, processo ocorrido de forma violenta e produtora de muito trauma para os dois países, a Índia explorou novos espaços psicológicos preenchidos após a realocação habitacional das populações afetadas deliberadamente pela ação estatal (Das, 2020). É neste contexto, que a linguagem e o silêncio, são formas de manifestação do sofrimento e do cotidiano e demonstra como eventos políticos ecoam no registro familiar e transparecem por meio do sofrimento diário. Assim, elucida-se as táticas utilizadas para enfrentamento da infelicidade coletiva gerada pela violência.

As atrocidades cometidas durante a Partição na Índia e a impossibilidade de elaboração psíquica em decorrência do excesso de violência é explicada como “O tempo não pode realizar seu trabalho de escrita, reescrita e revisão no caso do segundo tipo de violência” (Das, 1999, p. 38). Assim, como em Babaçulândia/TO, os envolvidos na Partição foram obrigados a se reestruturar em outras localidades físicas e/ou subjetivas, considerando que essa população é produto de violências sociais simbólicas sucessivas.

Diante deste cenário, o Estado-Nação é violador e transgressor de direitos sociais e repercute na subjetividade humana. Portanto, é possível verificar por meio do trabalho minucioso de escuta das narrativas, como um evento extraordinário altera o ordinário e gera níveis diversos de violência que se manifestam nas relações de gênero, de parentesco e de estado, ou seja, é necessário verificar como a violência desce ao cotidiano e interfere na vida das pessoas, instituindo a noção de comunidades de ressentimentos mostrando como a política de afetos constitui novas sociabilidades (Das, 2020).

Tendo como base essa situação, “[...] nada é mais inconsistente do que um regime político indiferente à verdade: mas nada é mais perigoso do que um sistema político que afirma prescrever a verdade” (Das, 2020, p. 68). Esse excerto sintetiza (entre muitos outros sentidos) um dos fundamentos por meio dos quais o Estado

ampara o argumento que impele uma população específica a se resignar diante de determinado ato de violência, orquestrado de forma a aparentar uma imposição governamental necessária, visando um declarado bem maior.

É justamente esta visão de eventos extraordinários, de como a desapropriação dos modos de vida pela implementação de uma barragem, que a pesquisa que subsidiou este artigo analisou, ou ainda, como o Estado-Nação por meio de suas doses homeopáticas de expulsões produzem efeitos intangíveis nos seres humanos que as experimentam (Sassen, 2016).

Assim, há possibilidades de escutar aquilo que é dito para além da consciência, em busca de um sujeito que não se reduz a patologias orgânicas e que oferta em sua própria história de vida aquilo que anima os fatos mentais, ou seja, o social e as relações que se estabelecem com ele na produção da individualidade e seus consequentes (Das, 2020). Com isso, “Forma-se a personalidade através da socialização do indivíduo no interior de núcleos de interação como a família, as instituições sociais, o Estado” (Safatle, 2018, p. 21). Ou seja, a compreensão do sujeito depende de sua história vivida e da inter-relação entre orgânico, mental e social. Mas e quando parte destas referências são justamente as causas da violência? Como fica o ‘eu’ de um sujeito afrontado por parte daquilo que lhe constitui?

O sofrimento é uma condição política determinada por um tempo sócio-histórico, que diz como os sujeitos serão marcados e redefinidos e a sua superação não passa necessariamente por uma melhor adaptação (Safatle, 2018). Em termos subjetivos, qualquer saída é uma alternativa, mesmo que não se adéque aos aspectos esperados pela sociedade, sendo assim, o sofrimento é produtor de alteridade e é justamente isso que singulariza a humanidade.

As sucessivas violências em decorrência de aspectos sociais podem provocar efeitos de desubjetivação, que é a impossibilidade de transmitir pela narração sua história, não é o problema em si ou sua gravidade que provoca isso, mas o impedimento de produzir elaborações psíquicas, sendo necessário “despotencializar a violência para retornar o lugar do sujeito na cena” (Rosa, 2016, p. 70). Quando se observa as limitações das indianas com relação a violência da Partição, demonstrando suas incapacidades de falar sobre o trauma vivido,

percebe-se que, “o sentido de ser ‘humano’ é testado quando a linguagem corrente falha ou simplesmente não existe” (Das, 1999, p. 41).

Neste contexto, pesquisas podem, com seu lugar de escuta, provocar alterações subjetivas e produzir conteúdos científicos, e “[...] a dimensão sociopolítica do sofrimento”, considera-se os efeitos do “desamparo discursivo” produzindo novos laços e configurações sociais, podendo escutar esse “cenário social, político e cultural em que os sujeitos se constituem e dos quais sofrem as incidências, tanto na sua constituição como sujeito, como diante das estratégias políticas de sua destituição do lugar” (Rosa, 2016, p. 21).

2 METODOLOGIA

Metodologicamente, parte-se da pesquisa qualitativa, por esta permitir um mergulho no cotidiano e na realidade na qual as subjetividades se processam, entendendo que a singularidade humana se manifesta justamente na localidade/realidade onde se vive (Sato; Souza, 2001). Como instrumento de coleta, utilizou-se entrevistas (a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com o CAAE: 33828920.1.0000.55.19. Todos os nomes constantes neste artigo são fictícios). As entrevistas foram realizadas no mês de julho, de 2023.

Esse instrumento de coleta de dados tem por característica permitir aprofundamentos na vida do colaborador, ofertando um momento de escuta e de colocação subjetiva, bem como “um processo constante de criação enquanto dura o jogo de perguntas e respostas” (Naves, 2007, p. 157).

Foram realizadas sete entrevistas, mediadas por uma agente local, nas residências de cada entrevistado (gravadas e transcritas). Considerou-se como critérios de seleção para cada entrevistado(a): ter sido removido(a) de sua residência na qual morava há pelo menos uma geração; subtrair o sustento do local (pesca, artesanato, argila ou outra atividade) e; ter afetado pelo menos um membro da família, em termos de renda.

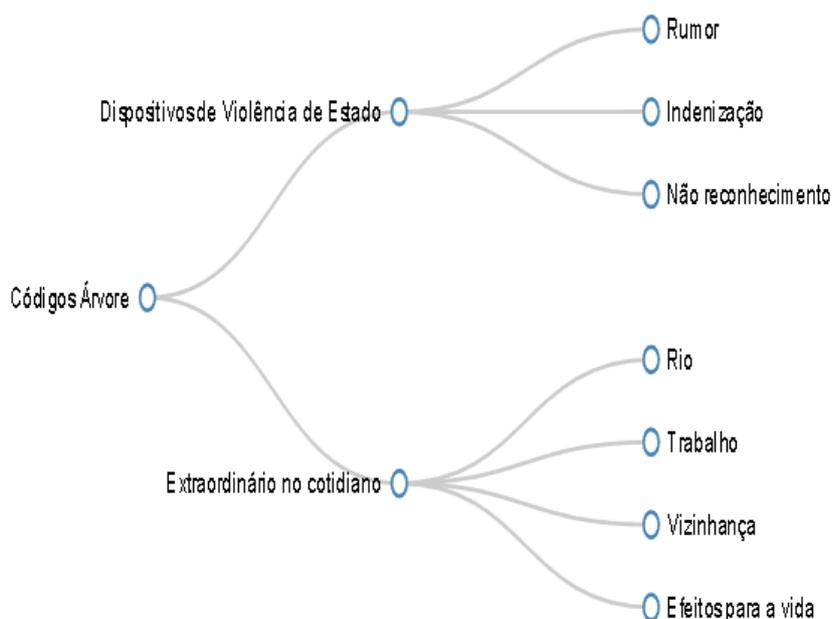
A materialidade dos dados foi trabalhada com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), mediado pelo *software* WebQda, possibilitando a constituição de categorias temáticas a partir da elucidação e articulação entre o referencial teórico e a incidência daquilo que mais aparece nas entrevistas. Foram produzidos: nuvem de palavras, código árvore e as categorizações que são apresentadas na Figura 1.

Como todas as atividades ocorriam em função do rio e de seu movimento, com exploração do turismo nas secas, a partir do aparecimento das praias, com a plantação nas vazantes; como o lugar dos trabalhos domésticos, como lavar roupa, louça, banhar as crianças e atividades de lazer (se refrescar, nadar e brincar). A palavra 'praia' foi a mais repetida.

Além das afetações econômicas, outras frentes se repetem nas sete entrevistas, que são as alterações subjetivas em decorrência da mudança de localidade e o distanciamento do rio e de seus familiares. Em geral, as famílias convivam permanentemente e as crianças eram criadas juntas, em uma mesma comunidade/localidade, com a desterritorialização os comunitários passam a experienciar sensações de inadequação a outros espaços de convivência; saudade da vida anterior a barragem, solidão e, nos casos mais graves, adoecimento e morte. As palavras 'vizinho', 'triste' e 'morreram' representam esta sensação.

Seguindo os preceitos da técnica de Bardin (2016) foi realizada a leitura flutuante do material e as primeiras análises de incidência de palavras apresentadas na Figura 1 resultaram na construção das categorias temáticas de análise apresentadas no código de árvore da Figura 2.

Figura 2 - Código de Árvore, categorias temáticas de análise



Fonte: Organizado a partir do software WebQDA (2023).

A partir da matriz analítica apresentada na Figura 2, é possível observar os efeitos da instalação da UHE sobre os moradores e seus diferentes impactos, bem como, os níveis de violência produzidos. Visualizando-se duas categorias, sendo a primeira com três subcategorias e a segunda com quatro: (I) Dispositivo de Violência de Estado, com os subeixos Rumor, Indenização e Não Reconhecimento e; (II) Extraordinário no cotidiano, englobando os subeixos Rio, Trabalho, Vizinhança e Efeitos para a vida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira categoria temática, Dispositivos de Violência de Estado, descreve as ferramentas utilizadas como forma de diminuir os custos e responsabilidades da empresa frente ao impacto produzido sobre as pessoas e o município, em uma lógica neoliberal, na qual, quanto menor o custo, melhor, independente dos danos humanos, sociais, econômicos e ambientais. Esses dispositivos se apresentaram em uma estratégia de confundir, desagregar e desmobilizar a população das possíveis lutas contra o empreendimento. Ressalta-se que tais mecanismos, não somente aumentam a dor psicossocial, como, reatualizam a violência a cada vez que são utilizados. A seguir serão apresentados alguns recortes das entrevistas que permitem materializar as subcategorias.

O primeiro subeixo, Rumor, é a estratégia utilizada para causar insegurança nos moradores, que geram falas contraditórias, informações truncadas, procedimentos variados e trocas de agentes de negociação, facilitando para a empresa e levando o morador a ceder às pressões exercidas com o mínimo de reparação possível. Neste sentido, Nádia narra que

[...] é até complicado a gente falar nesse momento, né? Porque a gente faz assim [...] lembra, assim como se fosse um filme, né? De tudo acontecendo [...] tudo chegando [...] e a gente sem ter pra quem recorrer, né? Porque esse momento, pra mim foi um dos piores [...], todo mundo confuso [...] como que ia fazer? Pra onde a gente ia ser remanejado [...] de que forma [...] né? (Nádia, 07/2023).

No início dos trabalhos realizados pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE) pouca informação foi dada, as pessoas eram entrevistadas e casas, posses, barcos, barracas e plantações eram fotografadas ou filmadas, mas não havia

esclarecimentos acerca dos procedimentos. As famílias removidas em função do lago seriam indenizadas? De que forma? Escolheriam para onde ir? As plantações e as criações, como seriam avaliadas? Enfim, pouco se sabia, mas os processos de retiradas se iniciaram, alguns a força sob a vigília da polícia. Em um trecho da entrevista de Nádia, é mostrado todas essas dúvidas e há indicação de estarem perdidos e sem suporte adequado para enfrentar a situação e afirma que a

[...] primeiro fizeram a visita, né? Tiraram aquelas fotos lá [...] foi o contato direto [...] com as pessoas [...] da empresa né? Inclusive [...] o que veio negociar aqui [...] era muita gente boa aqui da zona urbana, mas quando partiu pra zona rural, eu fiz até uma denúncia dele na polícia [...] por que ele queria agredir [...] e cheguei até ir ao prefeito [...], que não foi um prefeito tão legal assim, [...]. Mas nesse momento ele me ouviu, conversou com o chefe lá, no outro dia esse rapaz foi embora porque eu achava que ele não dava mais pra negociar, mas ia ter uma tragédia e essa discussão foi dentro do cartório (Nádia, 07/2023).

Nesse segundo trecho, Nádia relata a dificuldade de relacionamento e negociação com um dos agentes que teve que lidar, sendo necessária a intervenção externa, no caso, o chefe do executivo municipal, para evitar consequências maiores no conflito, como fica demonstrado na entrevista com Nádia e com Diana.

[...] assim eles davam a oportunidade da pessoa tirar o material né? O que pudesse aproveitar e encarregar depois, aquele que ficava vinha com a máquina pra passar [...], assim eles falavam se a gente não pegasse aquele valor ele não passaria a máquina [...] inclusive eu não fui lá pra tirar os trecos, eles que trouxeram e jogaram tudo ali na porta (Nádia, 07/2023).

[...] falaram que ia pagar, assim [...], que eu pensava, assim que eles iam fazer outra cidade, né? pra nós morar em outra cidade fazer as ruas, aí não teve isso (Diana, 07/2023).

Nos trechos citados é possível verificar o grau de violência instalado para além do rumor, pois, ao não retirar os pertences da moradia, a empresa, por conta própria, o fez e jogou na porta da casa onde Nádia estava alojada. Diana completa, acreditava que iriam receber outra cidade, anunciando uma expectativa de que os danos seriam reparados proporcionalmente, fato que não ocorreu. A seguir um trecho da entrevista de Ana e seu esposo, Roberto, demonstra situação similar.

[...] e sabe por que eu fico bem assim? Por que os barqueiros, [...] dependiam de nós, também, [...] nós távamos lá e eles tavam carregando os turistas pra lá por que eles tiveram o direito? Assim eu não estou condenando, né? Que eles tiveram o direito de poder ficar [...] os pescadores forneciam os peixes pra gente eu não sei o que foi, mas é como já se fala mesmo, eu acho que esse dinheiro já foi pago pra alguém (Ana e Roberto, 07/2023).

O casal tinha uma barraca de alimentos que era montada toda temporada de praia (meses de julho e agosto, a depender do regime das chuvas) em uma ilha que surgia quando ocorria a seca do rio. Nessa ilha se formava uma das praias mais disputadas da região e os barraqueiros se mudavam para lá com a família e trabalhavam durante toda a temporada, o que ganhavam nesse período servia para manutenção da família durante o ano.

Era uma cadeia que se retroalimentava, os pescadores vendiam peixes para os barraqueiros que revendiam para os turistas e os barqueiros ganhavam fazendo a travessia da cidade para a ilha. Contudo, Ana e Roberto expõem a sensação de injustiça, uma vez que a categoria de pescadores e barqueiros foram indenizados, enquanto os barraqueiros não. A empresa entendeu que como não era um trabalho permanente, eles não teriam direitos. Situação que, além de desconsiderar o labor dos comunitários, acaba por criar disputas internas entre os próprios atingidos, visto que, ao indenizar alguns e outros não, se produz fragmentação da luta coletiva, o que dificulta a organização da comunidade e Ana e Roberto continuam a entrevista afirmando que

[...] pro advogado vir aqui, [...], pra Filadélfia, tivemos que pagar a passagem depois que nós fomos ver no contrato mesmo pra lá, né? Aí fizemos uma vaquinha fechadinha, pagamos esse advogado. Acredita que se o advogado falou cinco palavras, ele falou muito? Cinco palavras todo o tempo ali calado e os barraqueiros, né? Manifestando tudo [...] quando ele saiu, [...] tchau gente, tchau muito ruim vai ser ruim não falou nada, nada [...], nós disse, assim, esse advogado também tá (Ana e Roberto, 07/2023).

Neste trecho, Ana e Roberto trazem desconfiança com relação ao advogado que defende a causa na justiça, como se ele trabalhasse mais para a empresa do que para os barraqueiros, gerando mais rumor e violência. Essa desconfiança aparece na fala de outros entrevistados. Há coincidências nessas falas, com relação às possibilidades de advogados serem cooptados pela empresa

e pelo prefeito, à época, e ter se beneficiado com as negociações, como pode ser observado nas palavras de Laura, ao expor que

[...] foi em 2004 que veio o primeiro cadastro, [...], a gente já ouvia falar dessa barragem. [...] vim que era pra usar uma hidrelétrica, pegando essa área toda aqui, mas aí era como se fosse um sonho, as pessoas ainda dizem, isso é história pra boi dormir [...] mesmo assim era muita, muita coisa ruim, eu sei que eu participei de reuniões. Muitas reuniões na câmara, no clube, que naquele tempo era o clube [...], o clube recreativo onde tinha um auditório muito grande, uma quadra, que era cheio de gente direto fazendo protesto, era aquela coisa um falava, eu falava e era aquela luta [...] e eles sempre estão vindo por aqui, só que eles manda as pessoas que vem, fazer cadastro, mas nunca termina [...] eu sei que foi um processo medonho, a gente enfrentou coisas (Laura, 07/2023).

Laura teve sua casa e posse inundada pelo lago da UHE e foi removida para um assentamento urbano, ela relata que as investidas começaram muito antes, em 2004, lembrando que a usina foi inaugurada em 2016, assim, são anos de desamparo e insegurança, tanto que ela relata a quantidade de reuniões e enfatiza que passaram por muitos problemas e lutas.

O segundo subeixo: Indenização, apresenta as formas e percepções dos atingidos sobre o nível de reconhecimento financeiro, ofertado ou não pela empresa. Esse é mais um dos dispositivos de violência, pois, como observado, o reconhecimento foi sempre parcial, ou seja, quando a empresa indenizou a casa, não pagou pelo terreno; quando pagou pelo terreno, não o fez pela plantação, gerando a permanente sensação de que algo foi retirado à força, sem a devida recomposição, como pode ser observado nas palavras de Nádia, ao explicar que

[...] e falar pra mim, pra vocês me perguntarem, a remuneração, né? Pra mim a remuneração não pagou, né? A minha história, tanto minha, como a dos meus filhos, porque até hoje meus filhos perguntam e falam da nossa moradia, falam da nossa chácara, né? Porque nós não tivemos opção [...] ou era a carta, se eu escolhesse a carta de crédito pra casa eu não poderia escolher a carta de crédito pra chácara né? Então pra mim isso foi uma situação muito triste, né? E eu fui a última, foi a última família a sair do local da rua Tocantins, foi nós [...] que é chamada rua do Campo [...] e assim como a gente veio naquele prazo não deu tempo de eu construir a casa porque o valor dos lotes, eles ficaram um valor absurdo [...] e a gente teve que me mudar, porque a patrulha estava, como se fosse na porta (Nádia, 07/2023).

Nádia apresenta a dificuldade de decidir o que fazer, já que teria que ser indenizada por duas propriedades e não foi, e como demorou a decidir, não conseguiu organizar uma moradia a tempo. Sendo assim, não foi reparada adequadamente e a saída de sua propriedade foi traumática, suas coisas foram jogadas na porta de onde estava alojada, gerando inúmeras sensações de abandono, insegurança e injustiça, como resultado das múltiplas violências infringidas. A esse respeito Diana complementa, afirmando que a

[...] história diz que quem pegou esse dinheiro foi [...] quem pegou a metade que era pra nós, quarenta e cinco mil, mas me falaram que quem tava por de trás e recebeu o resto foi o gestor [...] pagaram quarenta e cinco mil [...] acho que nada pagaria, quer ver aqui eu tenho minha casa bem aqui, tem pessoas que gostava [...] de vir pra minha casa, não gosto, ninguém gosta né, saí à força, saímos à força de lá, nossa casa [...] vou dizer, quase obrigado, cada qual seguiu seu destino uns morreram, uns foram embora, é assim [...] porque pra mim mesmo não trouxe melhoria [...], não vi melhoria pra mim, o que hoje faz com quarenta e cinco mil? não dá pra construir uma casa (Diana, 07/2023).

Diana, a partir do relato, apresenta suas desconfiças por ter recebido indenização insuficiente, pois acredita que o gestor municipal, à época deve ter ficado com parte do dinheiro, essa desconfiça é por si só uma violência, e, independentemente de ser real ou não, produz efeitos de injustiça. Ainda no trecho é apresentado a necessidade de sair à força da própria propriedade e isso é produtor de inúmeras insatisfações. Neste sentido, Laura expõe que

[...] é uma história tão longa, é porque mistura tudo, sei que aí o pessoal vieram e começaram, fazendo cadastro, eram outros cadastros e mas cadastro. Aí vem aquele pessoal, que, também, filmava as casas, tirava foto com a gente inclusive, tem lá na câmara, né? Aquele livro que foi feito. Os primeiros cadastros perguntavam se era família extensa [...] família nuclear, né? Tem as família extensa que tinha mais pessoas em casa e, as que tinham menos [...] veio outro, cada vez vinha uma equipe, não é diferente aí foi falado que a gente tinha opções de pegar o dinheiro ou [...] a carta de crédito e tinha das casas que são essas do reassentamento urbano, né? Daqui de Babaçulândia [...] aí fizeram reunião, fizeram esse loteamento aqui, também, pra fazer as casa e a gente não teve opções de modelo foi feito tudo igual [...] foi feito casas do jeito deles, no projeto deles, enfim, né? Só que a gente não ficou feliz porque quando a gente chegou, a gente encontrou a casa muito pequenininha (Laura, 07/2023).

As casas do assentamento urbano, também, não atenderam às expectativas dos comunitários, pois o tamanho não os agradou. As casas eram iguais e depois foram aparecendo diversos problemas relatados por Laura, como rachaduras, portas que não fechavam e infiltrações. Assim, independentemente da modalidade, quem pegou carta de crédito, ou quem foi para o assentamento urbano, a insatisfação e percepção de violência e abandono foi a mesma, como pode ser observado nos relatos de Margarete, quando ventila que

[...] não, eles só tavam fazendo lá o negócio, como é meu Deus? O negócio da carta de crédito, né? Aí minha mãe começou a chorar e ela tinha depressão e com esse negócio da barragem aí ela entrou em depressão [...], aí me deram só quarenta e cinco mil, aí eles falaram que se nós não quiséssemos comprar, nós podia arrumar a nossa aqui, a nossa era pequena aí tava começando a rachar [...] aí eles partiram o dinheiro pra cada um, de um pouco aí, nós que morava com a nossa mãe, ficamos com a maior parte, aí os outros, o juiz deu a parte separada da nossa (Margarete, 07/2023).

Margarete relata a divisão da indenização com os nove irmãos, os que moravam com a mãe receberam um valor maior, mostrando outras dificuldades que se estenderam para além da indenização. Margarete é uma quebradeira de coco babaçu, trabalha desde criança com a produção de azeite e não teve oportunidade de estudar. E afirma mãe adoeceu severamente após a construção da barragem e assevera textualmente que a mãe passou por problemas de depressão.

O terceiro subeixo: Não reconhecimento, que apresenta aspectos do não reconhecimento de determinadas atividades, posses e produções. Situação que impediu a indenização e aumentou a sensação de injustiça, como expresso nas palavras de Mara, quando afirma que

[...] eu gosto mesmo é de trabalhar na praia, aí depois que veio a barragem e foi tudo mais triste, acabou tudo pra gente [...] não recebemos a indenização da praia [...] botamos na justiça e ficou o mesmo [...] sem nada, recebemos nada [...], nós todos, somos de uma associação [...] aí nós era vinte barraqueiro [...] daí todos ficamos sem nada [...] sem uma renda, né? (Mara, 07/2023).

Mara afirma que existia um grupo de barraqueiros que não foi indenizado, apesar de tirarem boa parte do sustento anual, dos poucos mais de dois meses de venda de produtos alimentícios na praia. Assevera, ainda, que mesmo acessando

a justiça não houve indenização e os barraqueiros ficaram sem renda. A colaboradora garante, também, que os barraqueiros ficaram sem renda para seus sustentos e continua afirmando que.

[...] nós era de uma associação e aquela barraca não era nossa [...] a praia [...] era do município então o gestor saía passava pra você e se eu não apoiasse o prefeito [...] aquele candidato [...] eu perdia a barraca [...] aí eu desisti, também, porque eu pensei, não é minha só por quatro anos eu faço investimento, que barraca na praia todas tem que ter fazer investimento [...] um freezer, mais cadeira, e mais panela, e mais fogão, essas coisas tudo, né? Aí eu fazia aquilo ali, aí eu perdi a barraca e aí? né? (Mara, 07/2023).

Em substituição à praia do rio que se formava na baixa do rio Tocantins, o CESTE fez uma praia artificial na margem do lago, contudo, de acordo com as informações cedidas por Mara, é possível verificar que as barracas instaladas não foram cedidas aos antigos barraqueiros, e mesmo se pegassem a tutela de alguma barraca naquele momento, nada garantia a permanência, já que a posse é da prefeitura, com subordinação aos interesses políticos do gestor. Em outros termos, foram atingidos e seus direitos não foram reconhecidos. Mara continua

[...] pra audiência lá [...] nas últimas eu disse [...], eu não venho mais aqui não [...] passar raiva com esses advogados gagá aqui não, no final das contas ficou do jeito que o CESTE deu [...] também, não sei se o ex-prefeito, na época já tinha pego tudo feito o pacote com o CESTE, [...], mas que, nós [...], os barqueiros receberam nada [...] nós não ganhamos nadinha [...] mas não foi fácil pra a gente esquecer não, viu? Abala a gente, abala, mas fica assim, você fica assim meu Deus porque que todo mundo recebeu (Mara, 07/2023).

A situação dos barraqueiros se agrava pelo fato de outras categorias que tiravam o sustento da mesma praia, terem recebido indenização, isso aumentou a indignação dos barraqueiros, provocando mais dor e sofrimento. Neste sentido, é prudente inferir que a vida no ordinário fica marcada pela impossibilidade de superar aquilo que não foi reparado (Das, 2020) e Nádia discorre que

[...] mas como já estava tudo iniciado, apesar que eles começaram não foi no início eles começaram a luta deles antes, mas quando se trata de uma coisa, não sei se é governamental que a gente fala, isso é muito difícil para, né? Porque isso envolve muito dinheiro e muitas vezes a gente tá lá [...] sofre por isso, porque a gente sabe

que político é quem manda [...], em público eles fazem de marcha, né? Então é isso, então a não ser que fosse a cidade toda, e ainda assim não sei se eu ia ter essa força (Nádia, 07/2023).

A análise que Nádia realiza sobre sua situação é bastante importante, pois, ao perceber que as forças com as quais estão lutando são infinitamente superiores à da comunidade. É há a percepção de que as frentes políticas não atendem aos interesses das populações comuns e ribeirinhas, e sim, dos grandes conglomerados empresariais. Com relação a este aspecto Diana explica que

[...] eu tinha muito freguês [...] costurava bastante, mas depois que eu mudei acabou, foram embora todo mundo, foi embora, aí acabou, né? [...] Pessoas foram embora, os meus clientes foram embora [...]. Aí falei pro CESTE pagar, que não pagar, que não sei o que, aí fiquei aí, preciso de nada não (Diana, 07/2023).

Ana, apesar de não ter as atividades laborais que dependia do rio e da terra, pois era costureira, também foi afetada, pois saiu de uma localidade na qual a clientela já estava formada e foi deslocada para outra região onde não conseguiu se estabelecer na mesma profissão. Contudo, o CESTE não a considerou como afetada em função da barragem. Mas, há ressentimento produzido, cada qual por um motivo diferente, como evidenciado por Ana e Roberto, ao explicarem que

[...] todo mundo ficou baqueado perdeu mês de julho, gente quando dava no mês de maio, a gente ficava, meu Deus, era o tempo de estar fazendo os molhos, tá preparando os frangos, [...]. Nos primeiros anos não foi fácil, não é? Como você perde o emprego, acostumada todo mês você ir lá com o cartão e depois você não precisa mais daquele cartão, foi assim que nós nos sentimos, [...], desvalorizado nós não tínhamos mais uma renda que a gente esperava todo ano e essa renda nós pagávamos as contas, porque todo ser humano tem conta pra pagar (Ana e Roberto, 07/2023).

A explanação de Ana e Roberto evidencia a importância da renda e a incompreensão e inconformismo por não terem sido reconhecidos como atingidos pela UHE. Todos os dispositivos utilizados, rumor, indenização e o não reconhecimento são produtores de múltiplas violências e ressentimentos que afetaram uma comunidade inteira. E isso trouxe efeitos para a vida cotidiana, como será visto no próximo eixo de análise.

A categoria, Extraordinário no Cotidiano, foi organizada a partir da noção de evento extraordinário (Das, 2020), o qual se apresenta com determinadas situações, com alto grau de intensidades, produzem efeitos alterando subjetividades e a vida das pessoas, além de tecer formas de sobreviver à dor a partir da instalação de novo cotidiano. Esse eixo está subdividido em quatro subeixos, o primeiro, o Rio, que apresenta a descrição do rio como aglutinador dos fazeres cotidianos e o sofrimento produzido por sua ausência.

Nesse subeixo foram identificados por três frentes: a primeira, o rio que vira lago e se torna uma ferida aberta e que não cicatriza, situação que é notória nas narrativas da impossibilidade de passear na orla, ou por não gostar mais de nadar no rio, revelando a dificuldade em encarar aquilo que produziu a dor. Neste aspecto, Mara e Nádia expressam que

[...] quando eu quero participar eu vou pra Araguaã, eu vou pro Maranhão lá onde minha filha mora, ela mora lá perto de Imperatriz, e lá é o Rio Tocantins né? aí às vezes eu vou pra lá. Mas aqui mesmo pra mim, e dizer eu vou tomar um banho vou no lago [...] eu não gosto (Mara, 07/2023).

[...] foi em dois mil e onze [...] encheu eu fui lá assim para me molhar daqui para baixo, assim, das pernas para baixo por que nasceu o neto né? gêmeos eles vêm e eles gostam de banhar, então é isso que eu vou fazer lá, mas, quer dizer eu vou lá pra me banhar não pra me mergulhar [...] isso não aconteceu mais (Nádia, 07/2023).

Tanto Mara, quanto Nádia falam com pesar sobre o lago e resistem a utilizar o lago como faziam antes. Mara, quando quer banhar vai para outros municípios cujo fluxo do rio continua preservado e Nádia se limita somente a molhar as pernas em função dos netos. O lago é retrato de sofrimento e não mais de descanso ou lazer.

A segunda frente de análise no subeixo Rio trata da importância da praia como espaço de trabalho, lazer e sociabilidade, enquanto ainda era rio corrente, ou seja, antes da instalação do lago da barragem, era para onde todos iam no grande evento do ano. Assim, o que aparece é o sentimento de saudades e nostalgia, uma melancolia sobre o que se perdeu. É com esse sentimento que Diana fala da sua emoção, expondo que

[...] de tudo sinto falta, do meu vizinho, [...], sinto falta agora mesmo, nessa época de julho que nós tamo né, era essa época das praias era animado demais [...] tinha movimento que meu Deus do Céu, sinto muita saudade [...] já pisei, já lavei a mão, [...] mas nunca mais tomei banho [...] eu não gosto quando eu passo naquela rua que eu morava, eu não gosto, sinto saudade [...] não pisei mais lá, aí ficou um deserto [...] meu Deus ficou ruim demais [...], não gosto nem de lembrar (Diana, 07/2023).

Neste trecho da entrevista fica claro que a saída do lugar trouxe muita tristeza a Diana, e o lamento passou a ser constante, principalmente dos momentos em que o movimento de pessoas era maior na praia. A colaboradora revela que não gosta de lembrar do lugar de lazer e de moradia, afirmando que não é confortável recordar os momentos em que viveu em sua casa e na praia.

A terceira frente diz respeito a pescaria e os peixes, além das diferenças impostas a partir da constituição do lago. A esse respeito, Diana revela a abundância de peixes no antigo rio, enquanto Laura expõem que os peixes que existem no lago, não são saborosos, se comparados com os do antigo rio e lembra dos momentos de lazer que viveu antes da instalação da UHE, essas narrativas podem ser observadas em dois trechos das entrevistas com Diana e Laura.

Subia aquele cardume de peixe [...], sabia o dia que ia subir os peixes né? [...] quando ia subir um cardume de peixe eu mesmo ia pescar [...] na ilha de São José tinha carnaval de peixe [...] aí todo mundo ia pescar, ia pescar de anzol, outro era de rede. Dava naquela época peixe demais (Diana, 07/2023).

[...] sem se falar no rio né? as vantagens que tinha, até o peixe do rio tinha outro sabor. [...] a gente quase não vai tomar banho no rio, porque a gente acha o lago muito quente [...], a minha irmã e minha sobrinha vai pra lá ficar nas barracas, mas ninguém quer tomar banho (Laura, 07/2023).

O segundo subeixo da categoria, Extraordinário no cotidiano, descreve os diversos labores alterados pela condição do evento extraordinário. Para além das remoções forçadas de moradias, a perda das posses, das criações, do lugar de morada subjetiva, muitos tiveram suas atividades de trabalho completamente modificadas em função do alagamento da cidade para a construção da barragem. Assim, o trabalho, se configura como uma das frentes de análise e se ampara na fala de Mara para demonstrar o que ocorreu com a construção da UHE.

[...] antes era muito bom, [...] quando era no mês de maio já dava aquela alegria pra ir pra a praia, junho a gente já começava a fazer as barracas, antes da cavalgada a gente já mudava pra praia [...] o pessoal atravessar pra praia, então pra mim era só alegria, e eu ia pra praia [...] não tinha uma coisa melhor do que ir pra praia, foram vinte ano trabalhando na praia, foi muito bom [...] mas agora eu não acostumo (Mara, 07/2023).

Mara, que era uma das barraqueiras trabalhou durante vinte anos, no período da temporada de praia, após a instalação da UHE vive de vender din din, café da manhã e roupas que traz de Goiânia. A renda fixa que tinha anualmente se perdeu. Com relação a esse mesmo aspecto, Laura descreve como o lugar era produtivo, principalmente com relação a plantações e relata que

[...] a gente morava naquela beira de rio, que era melhor pra plantar, pra ter as frutas, tinha vazante naquele tempo, né? Mas aí, com o tempo foi o desenrolar das coisas [...] tinha vazante na beira do rio corrente e lá no quintal era cheio de plantas, tudo produzindo, era abacate, era laranja, era mexerica, várias coisas assim que pode dar no quintal grande, né? (Laura, 07/2023).

Quase todos os moradores que viviam na margem do rio relatam que plantavam na vazante e tinham variedade, mesmo sendo a maioria de subsistência. A perda da vazante gerou a destituição do lugar de trabalhador do roçado e ainda dificulta a manutenção da vida, pois agora precisam comprar todos os alimentos que consomem. O custo de vida ficou mais alto e a qualidade do que se alimentam se perdeu. Assim, é possível inferir que houve interferência significativa na soberania alimentar da população afetada. Ainda com relação a atividade laboral, Diana explica que perdeu sua atividade e relembra que

[...] tínhamos uma fábrica de fundo de quintal, né? em cada mesa tinha umas quatro máquinas pra costurar [...] assim, eu e a amiga minha que costurava junto (Ana, 07/2023).

Ana explica que era costureira, mantinha uma pequena oficina de costura no fundo quintal, porém, perdeu a possibilidade de sustento, pois, se mudou para outra localidade, perdendo todos os clientes. Situação que traz insegurança financeira. Enquanto, Margarete lembra da atividade de quebradeira de coco babaçu e expõe que

[...] quando eles vão e arrumam o coco eu quebro aqui, [...] aí a casca do coco eu faço [...] carvão [...] eu quebro no machado mesmo [...] eu moo no pilão [...], quando não é no pilão, é no triturador da vizinha [...] é quatro litros de coco [...] aí dá um litro de óleo (Margarete, 07/2023).

Margarete desempenha a atividade de quebradeira de coco desde os seis anos de idade, após a remoção de sua casa continuou o trabalho e hoje produz azeite e carvão de coco babaçu, mas tem dificuldades de acesso às árvores de babaçu e fica na dependência de outras pessoas para catar os cocos. Para sobreviver recebe bolsa família. Assim, após a construção da barragem, as atividades laborais dos entrevistados foram, significativamente, alteradas. Todos relataram perda de trabalho e renda e modificação nas atividades laborais ou ficaram sem remuneração, perdendo a qualidade de vida.

O terceiro subeixo, Vizinhança, mostra que os vizinhos funcionavam como ponto de ancoragem da percepção de vida comunitária e que as mudanças produziram um desmantelamento social e pessoal. Com relação a esta situação Diana e Laura relatam que

[...] pra mim mudou tudo, não foi coisa boa não, porque nós morava na cidade lá tinha vizinhos, muito bom lá uns vizinho, [...] todo mundo conhecido aí separemos [...] todo mundo foi embora e os vizinho não se viram mais, outros morreram. Aí não achei nada de vantagem não (Diana, 07/2023).

[...] não, eu não sei nem dizer porque tem dia que eu choro muito, tem dia que eu fico sem plano dentro de casa, principalmente quando [...] saiu pra pescar [...] ali que eu me sinto mais só, [...] os vizinho, a gente não é de ir na casa [...] eles, também, não vem a gente passa o dia todinho, eu passo só, mais ele aqui, a gente vê todo mundo cumprimento (oi fulano, oi, oi!) mas não é igual como era pra lá [...] lá os vizinhos era mais dado, assim, uns com os outros, né? (Laura, 07/2023).

É perceptível, analisando as falas das entrevistadas que os vizinhos de antes, aqueles que cresceram juntos e se conheciam de muito tempo e são lembrados com carinho. Mesmo após mais de uma década das remoções, os laços afetivos com a nova localidade, ainda, não se estabeleceram, muito provavelmente, pela impossibilidade de ressignificar tudo que houve em função do não reconhecimento do sofrimento e das múltiplas violências infringidas.

A última subcategoria, Efeitos para a Vida, descreve as sensações, lembranças e sentimentos que perduram em função da construção da barragem. Essa é inspirada nas discussões teóricas acerca de como as dores são sentidas na vida ordinária e se reproduzem na narrativa dos fatos. Para evidenciar esse contexto Mara e Nádia relatam que

[...] não me sinto bem na hora que eu olho pro outro lado [...] agora já me acostumei, mas quando entrava o mês de maio, eu já ia chorando, eu chorava com saudade do outro lado mas fazer o quê? [...] acredita que eu passei muito tempo assim, sem ir em outras praias, quando eu chegava numa praia eu já chorava (Mara, 07/2023).

[...] a gente não tava preparada pra esse momento, né? como até hoje a gente ainda não se adaptou com o tamanho da destruição, né? [...] foi triste, porque eu tinha uma casa, né? se vocês me perguntarem [...] a tua casa era boa? Não, mas eu não tô falando da casa, né? A gente lembra de como eu fiz essa casa, né? Não foi fácil, eu construir ela, mas tinha história, né? Onde meus meninos viram, eu construindo comprando tijolo por tijolo, né? E ajuntando ali, pra de repente chegar uma coisa tão horrível, né? [...] emocional! [...] é quando a gente perde algo, né? E ali chocou um pouco, né? A perda da minha casa (Nádia, 07/2023).

Todas essas declarações mostram o evento extraordinário produziu sensações que perduram ainda para o cotidiano atual, choros, saudades, sensação de horror e destruição são formas de designar tudo pelo que passaram e ainda passam. As narrativas são marcadas por muitas feridas abertas que não cessam de sangrar, mas todos os entrevistados tecem suas vidas na labuta pela sobrevivência e nos agarramentos que se fazem com a família e com si mesmos.

O Quadro 1 sintetiza as principais alterações que ocorreram na vida das pessoas com a instalação da UHE de Estreito e as consequências para a qualidade de vida dos moradores. É perceptível alterações significativas nas relações interpessoais, sentimentos e segurança alimentar.

Quadro 1 - Antes e depois da Usina Hidrelétrica de Estreito

Área	Descrição	Consequências
Trabalho	Alterações nas atividades laborais.	Perda de relações sociais, dificuldades de manutenção da vida e sensação de abandono.
Lazer	O rio funcionava como um aglutinador de atividades de lazer.	Sensação de tédio, ausência de lazer, aversão ao rio, falta de sociabilidade, sentimentos de solidão e sofrimento.
Tempo	Os ribeirinhos viviam o tempo da natureza. Atualmente o tempo é o da cidade, do neoliberalismo.	Percepção da vida mais corrida, as relações de vizinhança não são estabelecidas.
Sustento	O uso das vazantes permitia plantar variedades de alimentos e criar animais para o sustento, o que garantia segurança alimentar.	Interferência nos hábitos alimentares, necessidade de comprar os alimentos, alterações na soberania alimentar.

Fonte: organizado pelos autores, 2024.

Analisando o quadro é possível perceber que houve mudanças significativas na vida dos entrevistados, que houve alterações nas formas de trabalho, lazer e sustento, tudo com repercussões emocionais e sociais para a vida dos afetados pelo empreendimento hidrelétrico. Foram identificadas mudanças no modo de vida que se materializam em alterações do cotidiano e de manutenção da vida com memórias de como era e o que restou ou não. Assim como, nos efeitos para a vida. Neste sentido, aparecem inúmeras descrições de sentimentos geradores de tristeza e desolação, também, típicos do ressentimento e da dor que ocorre no cotidiano (Das, 2020).

Esse contexto se completa com as indicações de ressentimento, quando se fala do rio e da impossibilidade de usufruir a água do lago, não somente pela distância física de suas residências, mas sobretudo, pelos sentimentos que o lago traz e da vizinhança que perderam, juntamente com o senso de comunidade, coletividade e suporte social.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa objetivou avaliar as mudanças subjetivas ocorridas aos atingidos pela construção da barragem da UHE de Estreito, no município de Babaçulândia/TO. Para tanto foram realizadas sete entrevistas que analisadas produziram um panorama sobre como essa população compreende os efeitos produzidos pelo evento extraordinário que afetou suas vidas.

Subsidiado pelo referencial teórico, percebeu-se a impossibilidade de superação das violências estatais infringidas sob uma comunidade. Essas violências são produtoras de ressentimentos que interferem na qualidade de vida e na reorganização dos sujeitos após o evento. E a possibilidade de superação passaria pela reparação financeira, subjetiva e social.

Os resultados obtidos mostram que a violência da inundação foi somente o começo de uma série de dispositivos utilizados pelo CESTE para controlar a popula o e diminuir sua margem de gastos efetivos com indeniza es e repara es. Para isso, constituiu burocracias, sucessivos cadastros, mudou os agentes de negocia o, espalhou rumores, pressionou, reconheceu parcial as perdas e não reconheceu as atividades laborais. Essas constata es mostram que as violências de estado, mesmo que pelas mãos de um consórcio privado, não pararam de cessar ao longo das últimas duas décadas, desde que iniciaram os primeiros contatos em 2004.

As violências produzem efeitos para as vidas dessas pessoas, que se enxergam em desamparo frente aos apoios sociais em fun o dos desmantelamentos das rela es sociais de vizinhança, até a percep o de sofrimento emocional em decorrência das lembranças e não ressignifica o do ocorrido. A não supera o da dor produz ressentimento, que passa pela dificuldade de superar traumas e conseguir se reinventar na lógica do fluxo da vida.

Cabe destacar, ainda, que o estado tem o dever da repara o adequada e de proporcionar esperanças na reconstru o da cidade a partir daquilo que permite a popula o se enxergar. Todas as altera es e interven es do poder público, até 2024, atende apenas os turistas, que se aproveitam da beleza natural do lago com a visão da Chapada das Mesas ao fundo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F. L.; JESUS, A. de. Impactos socioambientais da constru o da UHE-Estreito na Comunidade de Palmatuba em Babaçulândia/TO. **Geoambiente** online. Jataí/GO, n  7, p. 14-33, jul/dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/25913/14883>. Acesso em 16 set. 2023.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: edi es 70., 2016.

DAS, V. **Vida e Palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: UNIFESP, 2020.

HOBBS, T. **Leviatã**: Matéria, palavra e poder de uma República eclesiástica e civil, 1ª edição. Petrópolis. Editora Vozes, 11 de março de 2020.

NAVES, S. C. **A entrevista como recurso etnográfico**. Matranga, Rio de Janeiro, v.14, nº 21, p.155-164, jul/dez 2007. Disponível em: <https://www.pglettras.uerj.br/matranga/matranga21/arqs/matranga21a10.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

OLIVEIRA, João Costa. Neoliberalismo, novas morfologias do trabalho e subjetividade: implicações sobre o hidronegócio e a organização social. Espaço e Economia: **Revista brasileira de geografia econômica**. Ano VIII, número 16, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/9381>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ROCHA, J. de. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização**: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas. Dissertação de Mestrado-Escola de Saúde, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/672318027/Usina-Hidreletrica-de-Estreito-e-desterritorializacao-impactos-sobre-a-saude-e-resistencia-das-familias-atingidas>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta, 2016.

SAFATLE, V. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SATO, L; SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, 12 (2), (p.29-47). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 02/04/2019.

SIEBEN, A; CLEPS JUNIOR, J. Política energética na Amazônia: A UHE estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/ Babaçulândia (TO). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 24 nº 2, 183-196, mai/ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132012000200002>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ZAGALLO, A. D A; ERTZOGUE, M. H. “Os sentimentos eles nunca vão indenizar”: tecendo memórias de mulheres ribeirinhas atingidas por barragens. Interthesis: **Revista Internacional Interdisciplinar**. Vol15, nº 3, p. 91-118, set/dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v15n3p91>. Acesso em: 02 abr. 2024.